

A. I. Nº - 232242.0002/12-0
AUTUADO - A. DE AZEVEDO DIAS
AUTUANTE - MARIA AUXILIADORA VERGNE DIAS
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 20/08/2013

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0178-03/13

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização. Refeitos os cálculos pela autuante, o débito originalmente apurado ficou reduzido. Retificada a multa aplicada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/09/2012, refere-se à exigência de R\$6.846,43 de ICMS, acrescido da multa de 50%, em razão da falta de recolhimento do ICMS relativo à antecipação parcial, na condição de optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, nos meses de fevereiro, março, novembro e dezembro de 2008; janeiro, março, julho e novembro de 2009; janeiro e julho de 2010.

O autuado apresentou impugnação às fls. 33 a 35 do PAF, alegando que em relação ao débito apurado no presente lançamento, recolheu R\$1.007,39, conforme cópias dos comprovantes que acostou aos autos. Pede que o referido valor seja deduzido do imposto apurado, haja vista que deixou de ser considerado no momento da autuação. Afirma que o valor efetivamente devido é R\$5.839,04; que é uma microempresa e, considerando a retração do comércio, requer o parcelamento do valor efetivamente devido em 24 prestações mensais.

A autuante prestou informação fiscal às fls. 53/54 dos autos, dizendo que após analisar a documentação apresentada, cópias de Notas Fiscais e DAEs e comprovantes de pagamentos, esclarece:

1. Que o DAE constante à fl. 36, no valor de R\$56,12, não faz referencia a qualquer nota fiscal, por isso, não foi considerado.
2. Ficou comprovado o pagamento referente à NF 6349, fl. 37, por meio do DAE à fl. 38.
3. Não houve comprovação de pagamento do DAE à fl. 44, referente à NF 66482.
4. Os DAEs constantes nas fls. 39, 41 e 46 comprovam pagamentos parciais das NFs 23148, 670101 e 43717, respectivamente.
5. A autuante diz que concorda com parte da defesa e apresenta novo demonstrativo de débito e novo levantamento fiscal corrigido.
6. À fl. 59 do PAF, o autuado foi intimado da informação fiscal e dos novos demonstrativos acostados aos autos pelo autuante, constando Aviso de Recebimento à fl. 58, comprovando que o contribuinte recebeu cópia da mencionada informação fiscal. Decorrido o prazo concedido, o defendente não se manifestou.

VOTO

O presente Auto de Infração trata da falta de recolhimento do ICMS relativo à antecipação parcial, na condição de empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, conforme demonstrativo às fls. 02 a 07 do PAF.

Observo que as hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei 7.014/96, sendo devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização.

O autuado alegou que não foram considerados os recolhimentos efetuados antes da ação fiscal. Requereu a revisão do lançamento e disse que reconhece a diferença de R\$5.839,04, valor que considera como devido. Para comprovar as alegações defensivas, juntou ao presente processo cópias de DAEs.

Por sua vez, a autuante, na informação fiscal prestada às fls. 53/54 dos autos, acatou parte das alegações defensivas e elaborou novos demonstrativos. Informou as novas diferenças apuradas, conforme novos demonstrativos às fls. 54 a 56 do PAF.

Vale salientar que o autuado foi intimado da informação fiscal e dos novos demonstrativos acostados aos autos pela autuante, conforme fls. 58/59. Decorrido o prazo concedido, o defendente não se manifestou.

Acato os novos demonstrativos elaborados pela autuante e concluo pela subsistência parcial do presente lançamento, no valor total de R\$6.617,56, tendo em vista que houve redução do débitos relativos aos meses de novembro de 2008, março e novembro de 2009, conforme demonstrativo elaborado pela autuante à fl. 54 do PAF.

Quanto à multa indicada no presente lançamento, observo que foi consignado o percentual de 50%, com base no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96. Entretanto, deve ser retificado o percentual da multa para 60%, com base no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96.

Em relação ao pedido apresentado pelo defendente para ser efetuado parcelamento do débito remanescente, observo que tal pedido deve ser apresentado junto à repartição fiscal.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232242.0002/12-0**, lavrado contra **A. AZEVEDO DIAS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$6.617,56**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 31 de julho de 2013

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA - JULGADOR